



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# **8º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

MACAÉ

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

**- 2022 -**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### **1) Sobre o poder constituinte, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O poder constituinte originário é inicial, pois inaugura uma nova ordem jurídica e política, rompendo com a anterior.
- b) O poder constituinte originário é incondicionado, pois não guarda condições ou regras prefixadas para a criação de uma nova ordem constitucional.
- c) O poder constituinte originário não é permanente, pois se exaure com a elaboração da nova constituição.
- d) O poder constituinte derivado de reforma é, por definição, limitado e condicionado pelo poder constituinte originário.
- e) No Brasil, a revisão e as emendas constitucionais são espécies do poder constituinte derivado.

### **2) Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios instrumentais da interpretação constitucional:**

- a) O método da concordância prática ou harmonização se apoia na inexistência de prevalência de um bem constitucional sobre o outro, sendo dever do intérprete construir uma solução que seja capaz de harmonizar as normas constitucionais em conflito.
- b) A fim de preservar o princípio da supremacia da Constituição, deve-se declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou de um ato normativo ainda que o vício não seja evidente.
- c) O princípio da unidade da Constituição estabelece um grau de hierarquia formal entre normas constitucionais originárias.
- d) Pelo princípio da conformidade funcional, a interpretação constitucional realizada por um órgão pode extrair dos enunciados normativos normas jurídicas que relativizam o princípio da separação de poderes.
- e) Não se admite no Brasil a técnica da interpretação conforme a Constituição, pois se há inconstitucionalidade de uma possível interpretação do texto, a norma deve ser extirpada do ordenamento jurídico.

### **3) Sobre o controle de constitucionalidade, é incorreto afirmar:**

- a) Quanto ao órgão judicial que exerce o controle, este pode ser difuso, em que todos os juízes analisam a constitucionalidade das leis, ou concentrado, no qual um órgão de cúpula analisa a compatibilidade de leis e atos normativos com a Constituição.
- b) Quanto à forma de controle, este pode ser incidental, quando a questão da constitucionalidade é resolvida incidentalmente no processo, ou principal, por meio de ação autônoma cuja questão central é a constitucionalidade ou não de uma lei ou ato normativo.
- c) A ação declaratória de constitucionalidade é espécie de controle concentrado no STF que visa a declarar a constitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão é espécie de controle concentrado no STF que visa a declarar a inconstitucionalidade de uma omissão dos poderes públicos em não tornar efetiva a norma constitucional.
- e) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é espécie de controle concentrado no STF que tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental da Constituição em virtude de ato do Poder Público ou de controvérsia constitucional a respeito de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, inclusive os anteriores à Constituição.

### **4) O Governador do Estado deseja propor Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal em face de artigo de lei que prevê o afastamento automático de servidor público indiciado em inquérito policial instaurado para apuração de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. É correto afirmar:**

- a) Governador de Estado não tem legitimidade para propor ADI perante o STF, apenas Representação de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local.
- b) O Governador do Estado é considerado legitimado não universal para a propositura de ADI, devendo demonstrar o requisito da pertinência temática.

- c) A norma é constitucional, pois o princípio da presunção de inocência pode ser relativizado em face de determinados crimes considerados mais graves.
- d) Neste caso, a legitimidade para propor a ação não seria do Governador do Estado, mas do Procurador Geral do Estado, em virtude de sua função institucional.
- e) Não é possível o ajuizamento de ADI imediatamente após a promulgação da lei, devendo-se aguardar a produção de efeitos para análise de sua constitucionalidade.

**5) Foi publicada lei estadual que autoriza a suspensão, pelo prazo de 90 (noventa) dias, do cumprimento de obrigações financeiras referentes a empréstimos realizados por pessoas físicas.**

**Assinale a opção correta:**

- a) A lei é constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre Direito Civil no tocante às relações obrigacionais estabelecidas em seu território.
- b) O sistema federativo brasileiro permite que os Estados legislem sobre qualquer matéria de seu interesse, em razão da sua autonomia.
- c) Sob o aspecto formal, a lei é constitucional, pois matéria de Direito Civil é de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- d) A lei viola a competência privativa da União para legislar sobre Direito Civil ao interferir em relações obrigacionais estabelecidas entre instituições de crédito e tomadores de empréstimos.
- e) A lei viola a competência privativa dos Municípios para legislar sobre política de crédito, pois trata-se de assunto de interesse local.

**6) O Governador do Estado consulta a PGE sobre a necessidade de publicar os dados da Secretaria de Estado de Saúde referentes à pandemia de COVID-19. É correto afirmar:**

- a) A Constituição da República não consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública.
- b) A consagração constitucional de publicidade e transparência não obriga o Estado a fornecer informações sobre saúde pública, pois são considerados dados sensíveis.
- c) Segundo o artigo 37 da Constituição, a Administração Pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, proporcionalidade e eficiência, sendo a decisão sobre a publicidade de dados uma escolha discricionária de cada governo.
- d) O texto original da Constituição de 1988 não elencou entre os princípios regentes da Administração Pública o princípio da publicidade, o qual foi incluído no rol do artigo 37 por emenda constitucional, dada a sua importância.
- e) A redução da transparência dos dados referentes à pandemia de COVID-19 representa violação a preceitos fundamentais da Constituição, como o acesso à informação, os princípios da publicidade e transparência da Administração Pública e o direito à saúde.

**7) Sobre os direitos da nacionalidade, é incorreto afirmar:**

- a) A nacionalidade primária é aquela que surge por meio de um fato natural, enquanto a nacionalidade secundária é adquirida por um ato de vontade do indivíduo.
- b) Pelo critério sanguíneo (*ius sanguinis*), será nacional de um país aquele que for descendente de nacionais daquele país, enquanto o critério territorial (*ius soli*) leva em conta o nascimento no território do país, independentemente dos ascendentes.
- c) Podem se naturalizar brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- d) O artigo 12 da Constituição da República de 1988 prevê um rol de hipóteses de nacionalidade primária, podendo a legislação infraconstitucional estabelecer novas hipóteses.
- e) Com base no princípio da igualdade, é vedado o estabelecimento de distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na própria Constituição.

**8) Com base na Constituição brasileira de 1988, assinale a alternativa correta acerca dos direitos políticos:**

- a) A soberania popular no Brasil é exercida exclusivamente pelo voto direto e secreto em eleições regulares, com valor igual para todos.
- b) É condição de elegibilidade a filiação partidária, pois não se admite candidatura avulsa no Brasil.
- c) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- d) A suspensão dos direitos políticos impede o pleno exercício do direito do voto, mas não atinge o direito do indivíduo de se candidatar e ser eleito.
- e) As hipóteses de inelegibilidade estão taxativamente previstas na Constituição, não sendo possível o estabelecimento de outros casos por meio de lei complementar.

**9) Sobre a liberdade de consciência e de crença, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A liberdade de crença abrange não somente o direito de um indivíduo adotar ou não uma religião sem ser prejudicado, mas também o de não adotar religião alguma.
- b) A escusa de consciência pode ser invocada para que o indivíduo deixe de cumprir uma obrigação legal a todos imposta, por motivos de crença religiosa, mas deve se submeter à prestação alternativa fixada em lei, nos termos do art. 5º, VIII da CRFB.
- c) É possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, mantida a igualdade entre todos os candidatos.
- d) É possível à Administração Pública estabelecer critérios alternativos para o exercício dos deveres funcionais de servidores públicos que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa, não podendo significar desvirtuamento do exercício das funções ou acarretar ônus desproporcional à Administração Pública.
- e) A Constituição da República consagra a liberdade de crença como direito fundamental, mas não a liberdade de culto, pois esta não decorre diretamente do princípio da dignidade da pessoa humana.

**10) Sobre as ações constitucionais, assinale a opção correta:**

- a) São legitimados para impetrar mandado de segurança coletivo os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, as organizações sindicais, entidades de classe e associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- b) O mandado de segurança é o remédio constitucional cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) É cabível o *habeas corpus* sempre que alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, mas não em caso de ameaça a essa liberdade, pois não existe *habeas corpus* preventivo.
- d) Embora previsto no artigo 5º da Constituição da República, ainda não é possível a utilização do mandado de injunção, em razão da ausência de lei regulamentando o instituto.
- e) A legitimidade para propor ação popular é exclusiva do Ministério Público, sendo uma de suas funções institucionais.

**DIREITO CIVIL**

**11) Segundo o Código Civil, é nulo o negócio jurídico quando:**

- a) For celebrado por agente relativamente incapaz;
- b) Eivado de vício resultante de erro;
- c) Não revestir a forma prescrita em lei;

- d) eivado de vício resultante de dolo;
- e) eivado de vício resultante de coação.

**12) Segundo o Código Civil, quanto à prescrição, é incorreto afirmar que:**

- a) Pode ser interrompida por qualquer interessado;
- b) A sua interrupção poderá ocorrer somente uma única vez;
- c) Nasce com a violação do direito;
- d) A sua interrupção poderá ocorrer mais de uma vez;
- e) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

**13) Quanto ao pagamento, segundo o Código Civil:**

- a) O pagamento feito, mesmo de boa-fé, ao credor putativo, não é válido;
- b) O credor é obrigado a receber prestação, desde que mais valiosa, diversa da que lhe é devida;
- c) São válidas, em regra, as convenções de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira, exceto nos casos previstos na legislação especial;
- d) O devedor que paga tem direito a quitação regular, mas não pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada;
- e) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.

**14) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por lei são pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
- c) as fundações são pessoas jurídicas de direito privado.
- d) a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro é pessoa jurídica de direito público interno.
- e) aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

**15) Assinale a alternativa correta:**

- a) aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo, sendo sempre necessária, para tanto, a prova da culpa;
- b) a indenização mede-se pela extensão da culpa, e não do dano;
- c) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz;
- d) o incapaz não responde pelos danos que causar, mesmo se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes;
- e) É intransmissível com a herança o direito de exigir reparação.

**16) Acerca das obrigações solidárias, assinale a alternativa incorreta:**

- a) a solidariedade se presume;
- b) a solidariedade pode resultar da lei;
- c) a solidariedade pode resultar da vontade das partes;
- d) cada um dos credores solidários tem direito de exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro;
- e) convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

**17) Complete com uma das opções abaixo a seguinte frase: “\_\_\_\_\_ é a possibilidade de o negócio jurídico produzir os efeitos desejados no todo ou em parte”.**

- a) existência;
- b) eficácia;
- c) validade;
- d) licitude;
- e) anulabilidade.

18) Caio contraiu empréstimo junto a instituição financeira, devendo saldar a dívida de forma parcelada. Tempos depois, Caio sofreu um decréscimo em sua renda e, encontrando-se em dificuldades financeiras, procurou a instituição financeira para renegociar a dívida. Esta renegociação foi consumada por meio da elaboração de um “termo de confissão de dívida e transação” pelo qual se reconheceu, expressamente, a extinção da obrigação originária, com a substituição desta pela obrigação resultante da renegociação. Diante do exposto, verifica-se que a obrigação originária foi extinta por:

- a) Imputação do pagamento;
- b) Dação em pagamento;
- c) Remissão;
- d) Novação;
- e) Pagamento em consignação.

19) Quanto à boa-fé objetiva, é **incorreto** afirmar:

- a) Possui função de restringir o exercício abusivo de direitos;
- b) Possui função de criar deveres anexos ou acessórios à prestação principal;
- c) Possui função interpretativa dos contratos;
- d) A boa-fé objetiva alcança os comportamentos dos contratantes antes, durante e após o contrato;
- e) Segundo a boa-fé objetiva, o contrato somente vincula e obriga as partes contratantes.

20) Segundo o Código Civil, é (são) considerado (s) ato (s) ilícito (s):

- a) Lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente;
- b) Os praticados por titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes;
- c) Os praticados no exercício regular de um direito reconhecido;
- d) Destruição da coisa alheia a fim de remover perigo iminente;
- e) Os praticados em legítima defesa.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Segundo o art. 6º do Código de Processo Civil de 2015, todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Do referido artigo, pode-se extrair o seguinte princípio geral do direito processual:

- a) Princípio da duração razoável do processo.
- b) Princípio da publicidade.
- c) Princípio do contraditório e ampla defesa.
- d) Princípio da dignidade da pessoa humana.
- e) Princípio da legalidade.

22) Acerca da aplicação da lei processual no espaço e no tempo, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A norma processual poderá retroagir, desde que seja para beneficiar o réu.
- b) A norma processual retroagirá, a critério do juiz, mas não será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- c) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente a todos os processos em curso, revogando-se os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- e) Havendo conflito de normas de direito processual entre o que dispõe o Código de Processo Civil de 2015 e uma lei processual mais recente, aplicar-se-á o disposto no Código de Processo Civil de 2015.

23) O Código de Processo Civil de 2015 regula a jurisdição civil brasileira em linhas gerais. Sobre a jurisdição, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.

- b) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
- c) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- d) Os juízos poderão formular entre si pedido de cooperação para prática de qualquer ato processual.
- e) A arbitragem é inconstitucional por representar uma subversão da jurisdição do estado brasileiro.

**24) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:**

- a) o réu for de nacionalidade brasileira e estiver domiciliado fora do Brasil.
- b) o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- c) no exterior tiver de ser cumprida a obrigação.
- d) o fundamento seja ato praticado por brasileiro no exterior.
- e) o autor for descendente de brasileiro, independentemente da nacionalidade do réu.

**25) Sobre as causas de modificação da competência, é CORRETO afirmar que:**

- a) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum as partes ou o pedido.
- b) Dá-se a conexão entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- c) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- d) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- e) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.

**26) A Constituição da República protege a coisa julgada, garantindo-a no rol dos direitos fundamentais. Acerca do tratamento da coisa julgada pelo Código de Processo Civil de 2015, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar coisa julgada.
- b) O juiz não resolverá o mérito quando reconhecer a existência de coisa julgada.
- c) Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.
- d) A verdade dos fatos, se estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- e) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

**27) Segundo a doutrina, nulidades processuais são vícios dos atos jurídicos que os impedem de produzir seus efeitos. No tocante ao tratamento das nulidades pelo Código de Processo Civil de 2015, é INCORRETO afirmar que:**

- a) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida por qualquer parte, inclusive pela parte que lhe deu causa.
- c) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- d) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- e) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

**28) Um recurso é o meio pelo qual a parte de um processo, ou terceiro prejudicado, ou o Ministério Público poderão impugnar uma decisão judicial. À luz do tratamento que o Código de Processo Civil de 2015 dá aos recursos, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

- b) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- c) Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.
- d) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- e) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.

**29) Acerca dos recursos previstos no Código de Processo Civil de 2015, é CORRETO afirmar que:**

- a) Da sentença cabe apelação, embargos de declaração e embargos de divergência.
- b) A apelação, em regra, não terá efeito suspensivo.
- c) Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material.
- d) Não cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- e) Contra decisão proferida pelo órgão colegiado caberá agravo interno para o relator do recurso.

**30) O Código de Processo Civil de 2015 prevê o julgamento antecipado parcial do mérito, estabelecendo que o juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355. Contra esta decisão, é cabível o seguinte recurso:**

- a) Agravo interno.
- b) Agravo retido.
- c) Agravo de instrumento.
- d) Agravo em recurso extraordinário.
- e) Apelação.